



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**Eixo Relações Étnico-Raciais, Povos Indígenas, População Negra,
Comunidades Tradicionais e Políticas Sociais**

**Dimensão coletiva da presença de estudantes indígenas na
educação superior**

Ismael Giachini Frare¹
Wagner Roberto do Amaral²

Resumo: O presente artigo analisa a presença de estudantes indígenas na educação superior nas universidades estaduais do Paraná, problematizando o papel das famílias e da dimensão coletiva nos processos de ingresso e permanência universitária. O objetivo é compreender como os pertencimentos étnico-comunitários influenciam as trajetórias acadêmicas desses estudantes. Trata-se de estudo de natureza qualitativa, baseado em revisão bibliográfica e análise de produções acadêmicas sobre políticas de ação afirmativa e educação superior indígena. Os resultados indicam que o ingresso universitário não se configura como experiência individual, mas como projeto coletivo vinculado às expectativas familiares e comunitárias, evidenciando a centralidade da dimensão coletiva nas políticas afirmativas indígenas.

Palavras-chave: Estudantes indígenas; Educação superior; Ações afirmativas; Dimensão coletiva; Famílias indígenas

Abstract: This article analyzes the presence of Indigenous students in higher education at state universities in Paraná, problematizing the role of families and the collective dimension in the processes of university admission and retention. The objective is to understand how ethnic and community belonging influences the academic trajectories of these students. This is a qualitative study based on a literature review and analysis of academic productions on affirmative action policies and Indigenous higher education. The results indicate that university admission is not configured as an individual experience, but rather as a collective project linked to family and community expectations, highlighting the centrality of the collective dimension in Indigenous affirmative action policies.

Keywords: Indigenous students; Higher education; Affirmative action; Collective dimension; Indigenous families.

¹ Discente Bolsista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina. ismael.giachini@uel.br

² Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL



1 INTRODUÇÃO

Os debates em torno da questão étnico-racial têm se intensificado nas últimas décadas enquanto uma questão estrutural que se reproduz no âmbito do racismo institucional e está presente em todos os espaços sociais e, por isso, também na universidade.

Inicialmente, essa pesquisa foi desenvolvida a partir da constatação da importância do debate necessário à profissão, em razão da (in)visibilidade da questão indígena nas produções acadêmicas do Serviço Social e nos documentos publicizados pelas entidades representativas da categoria profissional no Brasil. Da mesma forma, se observa o recente percurso de novas leituras e reflexões sobre esta temática, que passam a compor o arsenal teórico-investigativo e formativo dos assistentes sociais, agregando à compreensão crítica e aproximando-a da totalidade da realidade brasileira e latino-americana.

O racismo é um fenômeno histórico e estrutural que atravessa o cotidiano das relações sociais e se manifesta nas diferentes instituições. Como expressão da sociedade em que está inserida, essa realidade também se faz presente nas instituições de educação superior (IES), ainda que, de forma contraditória, esses espaços sejam (ou deveriam ser) à formação cultural e à produção de conhecimentos críticos sobre a vida social. Historicamente, porém, a universidade constituiu-se de forma hegemônica como um espaço elitista, branco e patriarcal, orientado prioritariamente aos interesses do mercado e distante das demandas de segmentos sociais economicamente mais vulnerabilizados. Ainda assim, é nesse mesmo espaço que emergem contradições, lutas e processos de resistência.

Os questionamentos presentes nesta pesquisa sobre o papel das famílias no ingresso e permanência de estudantes indígenas na UEL – objeto de nossa pesquisa – resultam de desdobramentos reflexivos surgidos no projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas”. Esse objeto ficou ainda mais evidente depois de vinte anos da regulamentação de ingresso e permanência de estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná ocorrida por meio da Lei Estadual nº 13.134/2001 que, de acordo com os estudos que tem sido feitos pelo grupo de pesquisa, tem apresentado novos fenômenos, dentre eles, o papel das famílias indígenas.

Dentre os aspectos fundantes desse fenômeno da presença de estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná, tem se evidenciado ainda mais a importância da dimensão coletiva que perpassa as trajetórias desses sujeitos. Isso significa que a dimensão coletiva é um dos fundamentos da decisão de ingresso, da escolha de universidade e curso de graduação, das dificuldades e desafios que possa se defrontar dentro da universidade. Aparentemente, nota-se que um estudante indígena não ingressa sozinho na universidade e, sim, carrega consigo um povo, uma memória, um grupo étnico, um grupo familiar. Quando o indivíduo concorre a uma vaga suplementar por meio do Vestibular Indígena, ele está permeado por um pertencimento cultural e político.

Vemos que este estudo pode contribuir para a qualificação dos processos de gestão



das políticas afirmativas para indígenas, do mesmo modo que pode colaborar enquanto material subsidiário para organizações indígenas, acadêmicos e lideranças indígenas nos debates pelo aprimoramento das condições de garantia do ingresso, permanência e conclusão nos cursos de graduação e pós-graduação dos estudantes indígenas nas instituições estaduais de educação superior do Paraná.

Sendo essas políticas afirmativas para os povos indígenas na educação superior uma experiência pioneira do estado do Paraná no país, intentamos compreender o papel das famílias no ingresso de estudantes indígenas nas universidades estaduais. Ao afirmarmos que a presença de indígenas nas universidades estaduais do Estado do Paraná foi um fenômeno inédito no início dos anos 2000, queremos afirmar que tem significado inúmeros desafios aos povos indígenas, aos sujeitos e à universidade pública, por conta da histórica invisibilidade e racismo estrutural que não permitiram que indígenas ingressassem numa universidade até então.

2 FAMÍLIAS INDÍGENAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Ao reconhecer o significativo número de estudantes indígenas que ingressam nas IES estaduais do Paraná de mais de duas décadas, faz-se necessário o desdobramento de processos investigativos que analisem os processos formativos desenvolvidos junto aos estudantes indígenas, contextualizando as políticas de ingresso, permanência e integralização nos cursos de graduação no ensino superior em universidades públicas.

Compreendendo que a universidade é um espaço institucional de produção e socialização do conhecimento acadêmico-científico e da constituição da inteligência nacional, torna-se objetivo de direito e lugar a ser ocupado pelos povos indígenas. Ao acessarem a universidade pública, a presença desses acadêmicos evidencia as contradições, os paradoxos e as coerências que existem e constituem a universidade, fundamentalmente, a partir das históricas estratégias de ingresso e permanência desses sujeitos no ambiente universitário (Amaral, 2010).

Apesar de não ter sido historicamente criada para receber jovens indígenas, negros e periféricos, filhas e filhos da classe trabalhadora, a universidade tem se apresentado como um espaço de direito a ser conquistado e ocupado pelos povos indígenas como forma de afirmação de suas lutas e fortalecimento de suas culturas, tendo a possibilidade de acessar e intercambiar conhecimentos que possibilitem maior qualidade de vida nas comunidades indígenas.

A presença dos acadêmicos indígenas nas universidades públicas se constitui num fenômeno recente no Brasil, localizado principalmente da última década, decorrente da progressiva ampliação da escolarização de crianças, jovens e adultos em terras indígenas. Apresenta-se contextualizado mediante o reconhecimento da Educação Escolar Indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, no Plano Nacional de Educação de 2001, nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena e das Diretrizes Nacionais de



Funcionamento das Escolas Indígenas, ambas de 1999 no Brasil, bem como na legislação recente que define a educação superior indígena, reconhecida oficialmente por meio da Lei Federal n. 12.416, de 09/06/2011 e que altera a LDBEN de 1996.

Contudo, também é na universidade pública que a presença indígena provoca ainda mais a evidenciação das contradições, dos paradoxos e das (in)coerências que nela residem e a constituem, fundamentalmente, a partir das estratégias de ingresso e de permanência desses sujeitos no ambiente universitário. É nele que passam a se constituir e identificar como estudantes indígenas universitários – categoria emblemática a esta pesquisa uma vez que se forja a partir de relações sociais marcadas por interações, intercâmbios, contradições, resistências, resiliências, ocultamentos, negações e afirmações. É também no espaço acadêmico, mediado pelas relações de pertencimento étnico-comunitário.

Os anos de 2000 demarcam um momento histórico da educação superior indígena no Paraná³, considerando que, nesta mesma década, aconteceram várias experiências de ingresso e permanência de indígenas em universidades públicas brasileiras, com destaque à experiência pioneira ocorrida no estado, nas universidades estaduais paranaenses.

Entretanto, de acordo com Amaral (2010), no Paraná, desde o início dos anos de 1990 já se observava a procura do ensino superior por estudantes Kaingang e Guarani, os quais finalizavam o ensino médio em escolas públicas ou em cursos de educação de jovens e adultos e buscavam, principalmente, as universidades privadas considerando as distâncias de suas aldeias das instituições de ensino superior pública, seja pela dimensão geográfica, seja pela dificuldade de aprovação nos vestibulares convencionais, seja pela permanência no curso caso aprovados pelo vestibular.

O Estado do Paraná se destaca em âmbito nacional pelo ineditismo na implantação de uma política afirmativa com reserva de vagas para indígenas nas Universidades Estaduais paranaenses, constituindo o lócus desta proposta de pesquisa. No Paraná, a política de educação superior indígena é orientada pela Lei Estadual n. 13.134/2001, alterada pela Lei Estadual n.14.995/2006, que prevê aos indígenas, habitantes no território paranaense, o direito a vagas suplementares e uma política de ingresso específico nas Instituições de Educação Superior. A lei foi sancionada em 18 de abril de 2001, prevendo inicialmente três vagas para cada uma das Universidades Estaduais do Paraná, fato inédito no país. Em 2006, a lei foi alterada garantindo seis vagas suplementares para cada Universidade paranaense. Para garantir o ingresso de candidatos indígenas, desde 2002, são organizados processos seletivos específicos por meio de Vestibulares Interinstitucionais dos Povos Indígenas do Paraná. No período de 2002 a 2025, foram realizadas 24 edições do Vestibular dos Povos Indígenas de forma itinerante nas IES públicas do Paraná, possibilitando o ingresso e permanência de indígenas nas IES Estaduais e garantindo contornos mais específicos para a política pública de educação superior indígena.

Isto porque, como sugere Luciano e Amaral (2021), dentre a identificação de alguns

³ Embora façamos um recorte somente do contexto histórico da educação superior indígena no estado do Paraná, reconhecemos que ele está inserido no momento histórico das políticas de ações afirmativas para indígenas no Brasil, conforme detalhamos em nossa pesquisa completa.



aspectos que são considerados fundantes na compreensão do acesso e permanência as demandas e expectativas de suas famílias e comunidades estão entre os critérios para a escolha da graduação pelos acadêmicos indígenas, bem como as proximidades geográficas entre suas comunidades de pertencimento e as IES, e a oferta de cursos.

A Lei Estadual nº 13.134/2001 se constitui como um marco legal desse ineditismo do ingresso e permanência de estudantes indígenas nas universidades no Estado do Paraná e no Brasil. Caracterizada como uma iniciativa de ação afirmativa, a referida lei é uma importante conquista dos povos indígenas, suas organizações e lideranças, apesar da ausência de diálogos junto aos povos indígenas habitantes do território paranaense, tampouco com as universidades estaduais, como assevera Amaral (2010). O fato é que não houve um debate público conforme o preceito constitucional e internacional de audiência aos povos indígenas.

No processo de problematização desse fenômeno, as reflexões referencializadas e produzidas tem possibilitado questionar sobre o papel das famílias no acesso e permanência dos estudantes indígenas matriculados nas instituições de ensino superior do Paraná. As políticas de ação afirmativa para os povos indígenas consideram a dimensão coletiva que se expressa desde a decisão pelo ingresso na universidade até o desejo do profissional indígena de retorno à comunidade? Embora reconheça-se as conquistas e os avanços que as políticas de ação afirmativa têm proporcionado, essas políticas de ação afirmativa dão conta substantivamente dessa complexidade da questão indígena?

3 DIMENSÃO COLETIVA DA AÇÃO AFIRMATIVA

A descaracterização eugênica das populações indígenas foi a aposta dos intentos colonialistas nos períodos Colonial, Imperial e Republicano, como estratégia de amansar, miscigenar e converter como trabalhadores nacionais, de modo homogêneo visando construir simbolicamente a noção de “povo brasileiro” e de um ideário de democracia racial. Assim foi constituída a expressão genérica, simbólica e perversa: “índio brasileiro” (Amaral, 2020).

Pacheco de Oliveira (1999a, p.112) afirma ser um equívoco a ideia de cultura originária ou autóctone, isenta ou neutra de mácula da presença de instituições coloniais, que busca retirar as coletividades indígenas de um amplo esquema dos estágios evolutivos da humanidade e passando a situá-las na contemporaneidade e em um tempo histórico múltiplo e diferenciado.

Nosso estudo tem se fundamentado na compreensão do estudante indígena universitário e da família, não como representante de uma cultura que resiste e é refratária às históricas transformações sociais e culturais. Compreendemos que, ao contrário, estes sujeitos são pertencentes a determinado grupo étnico que sofreu modificações históricas atravessadas pelos constantes e intensos contatos com as sociedades não indígenas, principalmente no contexto do desenvolvimento capitalista. Entretanto, evidencia-se (ou oculta-se) marcas de sua identidade



étnica características do seu grupo de pertença.

A dimensão coletiva é central na reflexão e definição das experiências e políticas voltadas aos povos indígenas. Segundo Amaral (2010), a dimensão coletiva fundamenta as análises acerca da importância e influência dos pertencimentos étnico-comunitários para a permanência dos acadêmicos indígenas na universidade, bem como para a constituição e manutenção identitária como estudante indígena universitário. Evidenciando essa marca específica, característica e fundante no contexto das políticas de ação afirmativa. Convém enfatizar que o autor afirma que a dimensão coletiva também é um aspecto marcante das políticas de ação afirmativa.

No que se refere às ações afirmativas voltadas aos povos indígenas, Amaral (2010) afirma que elas têm sido compreendidas a partir de uma perspectiva que articula dimensões conceituais e políticas, diferenciando-se das formulações convencionais dessas políticas. A partir desse entendimento, torna-se fundamental o reconhecimento das trajetórias, dos saberes, das intencionalidades e dos pertencimentos dos estudantes indígenas nas universidades públicas. Tal ponto de vista, evidencia a centralidade da dimensão coletiva que caracteriza a relação desses sujeitos com seus grupos e comunidades.

Luciano assevera que, no âmbito das universidades públicas, o direito do ingresso ao ensino superior tem sido considerado de forma individualizado. Para o autor, essa individualização do sujeito que chega à universidade “é um risco e uma ameaça aos princípios e modos próprios de vida nativa” (2019, p. 171). De modo crítico, aponta que as vagas reservadas pelas universidades não deveriam ser dos indivíduos, mas das coletividades que também devem assumir a responsabilidade de todo o processo de formação e sua reinserção à comunidade.

Reconhece-se que a diversidade étnica e sociocultural que os povos indígenas possuíam e ainda possuem, representa uma poderosa arma na luta e defesa de seus direitos nos tempos atuais, além de fortalecerem e manterem afirmativamente o orgulho de pertencerem a uma cultura própria e de serem originários deste território.

A cultura indígena em nada se refere ao grau de interação com a sociedade nacional, mas com a maneira de ver e de se situar no mundo; com a forma de organizar a vida social, política, econômica e espiritual de cada povo. Neste sentido, cada povo tem uma cultura distinta da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com ele de maneira própria (Luciano, 2006, p. 46).

As ações afirmativas dos povos indígenas (Fernandes, 2018; Amaral, 2019) denotam e refletem o aspecto da reivindicação e das lutas históricas dos povos indígenas pelo ingresso e permanência na educação superior pública, o que se desdobra nos debates é que são desconsideradas as demandas vivenciadas pelos indígenas na sua condição de duplo pertencimento, tendo em vista não somente as condições de permanência na cidade e na universidade, mas também as expectativas e necessidades das famílias e das comunidades (Amaral 2010; 2021).

Inicialmente, nossa percepção sobre a existência da dimensão coletiva se deu nos estudos acerca do usufruto do benefício do Auxílio Permanência. Foi possível observar que o referido benefício voltado à permanência dos estudantes indígenas na educação superior,



fortalece não somente o seu pertencimento acadêmico, mas, sobretudo, o seu pertencimento étnico, familiar e territorial. Gilza Ferreira de Souza Felipe Pereira (2021), pertencente ao povo Kaingang já afirmava que o valor do Auxílio Permanência é fundamental por viabilizar as condições objetivas de vida para a permanência de estudantes indígenas na universidade, subsidiando mesmo que o mínimo e o básico necessário (alimentação, moradia, transporte, materiais de estudo, dentre outros). Para mais, Pereira relata que em diversas situações, as famílias que moram nas terras indígenas também recorrem à ajuda dos estudantes indígenas para a composição da renda mensal.

Entendo que este seja um aspecto que nos distingue dos estudantes não indígenas bolsistas na universidade, uma vez que nosso modo de vida possui características mais comunitárias, demandando que compartilhem a renda que recebemos na universidade com nossas famílias (Pereira, 2021, p. 97).

Outra constatação de Amaral (2010; 2014), comum em Pereira (2021) e Paulino (2008), aponta que vários grupos familiares nas terras indígenas preparam os mais jovens para o ingresso na universidade, intentando a melhora nas condições de vida ou o prestígio social e político, ou por ocuparem trabalhos mais bem remunerados em suas aldeias ou nas cidades. Parte dos investimentos e esforços empreendidos pelos acadêmicos indígenas ainda tem referência no mérito pessoal ou no apoio à sua família (Amaral, 2010).

Ao observarmos a experiência do Paraná, constata-se que o ingresso na universidade pública, por meio do Vestibular dos Povos Indígenas, pode possibilitar que os estudantes representantes dos seus povos e comunidades se tornem “pesquisadores, intelectuais, protagonistas, sujeitos e autores dos conhecimentos por eles produzidos” (Pereira; Amaral e Bilar, 2020, p. 11). Apesar dos sofrimentos sentidos durante este percurso, também são criadas redes de solidariedade, interculturalidade e fortalecimento das lutas indígenas, entre as organizações estudantis indígenas e potenciais parceiros não indígenas. A passagem pela universidade e, muitas vezes, a moradia na cidade provoca, portanto, a reflexão sobre a constituição de um novo sujeito social – sujeito indígena que passa a se assumir e a se apresentar também como universitário/acadêmico/estudante, vivenciando os dilemas acerca de sua identidade étnica. Tal sujeito, segundo Amaral (2010), se caracteriza pelo seu duplo pertencimento: o pertencimento acadêmico e o pertencimento étnico-comunitário (Amaral, 2010; 2016).

O pertencimento acadêmico refere-se às condições de permanência na universidade e no ambiente urbano, o que leva em consideração a escolarização básica dos estudantes indígenas, o acompanhamento pedagógico e institucional (ou a falta dele) pelas universidades, a compreensão e domínio do funcionamento acadêmico, os preconceitos vivenciados, as experiências de interculturalidade e solidariedade formadas com outros colegas, além do sentimento de estrangeirismo na universidade (Amaral, 2016). Ou seja, é sentir-se parte do ambiente acadêmico, sentir-se estudante indígena, ainda que seja um ambiente de hegemônica presença cultural não indígena. Isto está diretamente associado às condições de identidade étnico-comunitária e como elas se manifestam no ambiente, estrutura e relações dentro da



universidade (Amaral, 2010). Sendo assim, o pertencimento acadêmico é mediado pelo pertencimento étnico-comunitário.

O pertencimento étnico-comunitário está relacionado às relações sociais, culturais, afetivas, econômicas e políticas do estudante com suas famílias, comunidades e parentes que vivem em outras terras indígenas, mas fazem parte da sua rede de vinculação étnica. Também se refere a participação desta comunidade no ingresso e permanência destes estudantes na universidade, além do sentimento de estrangeirismo como acadêmico na sua própria comunidade de pertencimento (Amaral, 2016).

Ao decidirem ingressar na universidade, os estudantes indígenas carregam consigo as expectativas, necessidades e relações de poder de sua comunidade. Portanto, não realizam o curso apenas com base em seus interesses pessoais, mas também nos interesses da comunidade para com esse futuro profissional – que pode retornar para sua terra indígena e nela atuar profissionalmente ou não. Essas relações podem reafirmar seu pertencimento indígena como universitário, ou seja, evidenciar seu pertencimento étnico-comunitário (Amaral, 2010). Assim, o duplo pertencimento associa-se a todas as dificuldades vivenciadas pelos estudantes indígenas no ambiente acadêmico, mas também revela as possibilidades de ocupação de espaços dentro e fora das universidades por estes universitários e futuros profissionais indígenas.

Tommasino assevera que algumas relações sociais têm se alterado nas sociabilidades indígenas pela ampliação das formas do desenvolvimento capitalista dentro de terras indígenas, por meio de alteração nas relações de força de trabalho e distribuição das riquezas produzidas de modo coletivo. A autora expressa a diferença existente entre a organização social na sociedade capitalista e nas sociedades indígenas

Para termos uma compreensão da diferença entre relações sociais e culturais e as dos índios, podemos dizer que, quando produzimos, somos alienados de nossa produção e nos reduzimos à força de trabalho, isto é, somos coisificados; quem somos como pessoa, não interessa ao sistema, interessa, sim, apenas o que cada um de nós representa como força-de-trabalho. Nesse sentido, somos sempre descartáveis e podemos ser substituídos a qualquer momento, se o empregador assim entender. Os indígenas, ao contrário, ao produzirem, realizam-se como sujeitos de sua produção [...]. O produto da caça deverá ser repartido conforme as regras estabelecidas culturalmente. Dentro dessa organização social, todos têm acesso aos produtos da caça, coleta e agricultura, sejam eles crianças, adultos ou velhos. Isso porque, pelas regras da reciprocidade parental, todos são ligados por direitos e obrigações. Fica claro então que, no ato de caçar, o Kaingang se realiza como pessoa da metade kamé, como pai, marido e parente, e materializa a sua rede de normas e padrões culturais kaingang. Na sociedade capitalista, a distribuição da produção é regida pelo mercado e, como a sociedade é dividida em classes sociais, o acesso aos bens depende do potencial aquisitivo de cada trabalhador (Tommasino, 2003, p. 77).

Tommasino (2021) enfatiza objetivamente sobre os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, que dão bases para avaliar de modo contextual as dificuldades de um estudante indígena que ingressa na universidade. A autora pontua que vários indígenas ingressam na universidade casados e mesmo que sejam solteiros e solteiras, é comum que tenham filhos para cuidar e sustentar, considerando que os jovens indígenas iniciam sua vida sexual desde a puberdade e ocorrendo de casarem-se ainda na adolescência. Neste caso, a família extensa é acionada para ser rede social de apoio fundamental para que o estudante indígena faça a



travessia do ingresso até a formatura no curso superior, também frente a essas novas necessidades.

Para Tommasino (2021), é perceptível a existência de um projeto familiar, em que pese o investimento de todos para que os filhos cursem a universidade. E acrescenta que as comunidades indígenas, tanto os familiares quanto as autoridades indígenas, objetivam que todos os empregos existentes dentro das TIs sejam ocupados pelos jovens dessa comunidade. Supõe-se também que a escolha de cursos pelos candidatos indígenas está fundamentada nas necessidades das comunidades em que vivem, as quais demandam profissionais nas áreas mais escolhidas, assim como por uma opção pessoal dos candidatos baseada, muitas vezes pelas propagandas e mitos disseminados pelo mercado profissional (Tommasino, 2004).

Como dito anteriormente, para a análise das políticas afirmativas voltadas aos povos indígenas na educação superior, é indispensável considerar o papel estruturante da dimensão coletiva que caracteriza as formas de organização sociocultural desses povos. Para Amaral (2019), diferentemente da lógica individualizadora que estrutura historicamente o sistema educacional no Ocidente, a inserção de estudantes indígenas na universidade deve ser compreendida a partir de seus vínculos de pertencimento cultural, político e comunitário. Nesse sentido, as ações afirmativas destinadas a esses sujeitos não podem ser compreendidas apenas como mecanismos que possibilitam o acesso, a permanência e a apropriação individual dos processos formativos no ensino superior. Diferentemente, as ações afirmativas devem ser mediações institucionais que se articulam aos projetos coletivos dos povos indígenas, vinculados à defesa de seus territórios, direitos e formas próprias de organização social.

Nessa perspectiva, segundo Amaral (2019) a dimensão coletiva das ações afirmativas evidencia alguns elementos estruturantes. O primeiro se refere ao reconhecimento dos estudantes indígenas como sujeitos portadores de pertencimentos culturais e políticos coletivos, e não apenas como indivíduos isolados no interior da instituição universitária. Essa compreensão implica ponderar que a trajetória acadêmica dos estudantes indígenas está frequentemente associada às responsabilidades sociais pactuadas com suas comunidades de origem.

Amaral também destaca que essa dimensão coletiva também se expressa na articulação com movimentos sociais e organizações que reivindicam o acesso e a permanência no ensino superior, inserindo as políticas afirmativas indígenas em um campo mais amplo de lutas por direitos educacionais e sociais que foram historicamente negados.

Outro aspecto importante refere-se às intencionalidades associadas à apropriação e à produção de conhecimentos no espaço universitário. O ingresso de estudantes indígenas na educação superior não se limita à formação profissional individual, mas está frequentemente vinculado a estratégias coletivas de fortalecimento político e cultural de seus povos e famílias.

Nessa dinâmica, a universidade tem se tornado um espaço de diálogo e, ao mesmo tempo, de tensões entre diferentes racionalidades e sistemas de conhecimento. Assim, a presença indígena na educação superior pode contribuir para a produção de conhecimentos voltados às demandas das comunidades, fortalecendo processos de resistência política e cultural



e possibilitando a formação de intelectuais indígenas comprometidos com as lutas coletivas de seus povos

Por outro lado, – e este é um achado que tende a contribuir aos nossos estudos de até então – pode-se inferir a necessidade de um debate sobre acerca do capital intercultural, como apontado por Nuñez. Esta autora, a partir de experiências etnográficas com povos mbya-guaraní e maya, propõe uma releitura crítica do assim chamado capital intercultural, ao evidenciar que, em contextos indígenas, o conhecimento não se configura prioritariamente como um recurso individual acumulável. De outro modo, se revela uma prática relacional e coletiva. Nessas experiências, os processos educativos estão profundamente vinculados ao território, à memória coletiva, à oralidade e às redes comunitárias de transmissão do saber. Assim, o capital intercultural pode ser compreendido também como um conjunto de saberes e práticas sustentado por vínculos comunitários, cuja legitimidade não depende exclusivamente do reconhecimento institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de ação afirmativa destinadas aos povos indígenas constituem-se como produtos de processos históricos, sociais e políticos relacionados às lutas desses povos pelo reconhecimento de seus direitos e pela ampliação do acesso a bens sociais historicamente negados. Nesse sentido, tais políticas expressam estratégias de resistência e reivindicação construídas ao longo de trajetórias coletivas de enfrentamento às desigualdades estruturais produzidas no interior da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, evidenciam a centralidade das organizações socioculturais indígenas e de suas perspectivas de luta por direitos, autonomia política e controle sobre os recursos e territórios que garantem a reprodução social e cultural de seus povos.

A análise desenvolvida neste estudo permite reafirmar que a presença de estudantes indígenas na educação superior pública, particularmente nas universidades estaduais do Paraná, não pode ser compreendida exclusivamente a partir de trajetórias individuais de mobilidade educacional. Ao contrário, evidencia-se que os processos de ingresso, permanência e formação universitária estão profundamente atravessados por vínculos étnico-comunitários, expectativas familiares e projetos coletivos que orientam as escolhas acadêmicas e profissionais desses estudantes. Dessa forma, a experiência universitária indígena se constitui em um processo social complexo, no qual se articulam diferentes dimensões de pertencimento e responsabilidade que extrapolam a esfera individual.

Nesse contexto, a inserção de estudantes indígenas na universidade revela tensões e mediações entre distintas racionalidades sociais. De um lado, observa-se a predominância de uma lógica individualizadora que historicamente estrutura as instituições de ensino superior no



âmbito das sociedades ocidentais; de outro, evidenciam-se formas coletivas de organização social, cultural e política que caracterizam os povos indígenas e que orientam suas trajetórias educacionais. A partir dessa perspectiva, a dimensão coletiva se apresenta como uma categoria analítica fundamental para compreender as políticas afirmativas destinadas aos povos indígenas, uma vez que permite evidenciar que o ingresso na universidade não se configura como um projeto estritamente individual, mas como parte de estratégias mais amplas de fortalecimento social, político e cultural das famílias e comunidades de pertencimento.

Dessa forma, torna-se necessário ampliar o debate acerca das políticas de ação afirmativa voltadas aos povos indígenas, reconhecendo que o acesso à educação superior se constitui dentro de um processo mais amplo de democratização do ensino superior. Para além da garantia formal de vagas, tais políticas devem considerar as condições objetivas de permanência, as redes de apoio comunitário e os projetos coletivos que orientam as trajetórias formativas desses estudantes. Nesse sentido, torna-se igualmente relevante analisar os impactos dessas políticas no interior das próprias comunidades indígenas, considerando que seus efeitos podem tanto contribuir para a ampliação do acesso a direitos quanto produzir novas tensões, desafios e desigualdades.

No caso do estado do Paraná, é possível observar que as políticas de ação afirmativa para estudantes indígenas configuram uma experiência pioneira no cenário nacional, tendo se ampliado progressivamente ao longo das últimas décadas. Contudo, apesar de seus avanços, ainda se identificam desafios relacionados à articulação institucional entre as diferentes instituições de ensino superior e à construção de estratégias mais consistentes de permanência e acompanhamento acadêmico desses estudantes.

Por fim, destaca-se que a incorporação do debate acerca do capital intercultural constituiu um importante achado analítico desta pesquisa, uma vez que contribui para ampliar a compreensão da produção e a circulação de conhecimentos no campo educacional, ao reconhecer que os saberes indígenas se estruturam em processos coletivos de produção, transmissão e legitimação do conhecimento, frequentemente invisibilizados pelas dinâmicas institucionais da universidade. Nesse sentido, a presença indígena na educação superior não apenas tensiona os limites institucionais da universidade contemporânea, mas também abre possibilidades para a construção de espaços acadêmicos mais plurais, interculturais e comprometidos com as lutas históricas dos povos indígenas por reconhecimento, direitos e autonomia

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese (Doutorado) - Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.



AMARAL, Wagner R.; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 180 – 195, 2020.

AMARAL, Wagner R.; KASEKER, Monica P.; CAMPOS, Margarida C. A experiência da CUIA/UEL para visibilidade e afirmação da presença indígena na universidade. In: LIMA, Ângela M. S.; CAMPOS, Margarida C.; AMARAL, Wagner R. (Orgs.) **Democratização da educação superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Eduel, 2024. p. 41-59.

FERNANDES, E. A. **Políticas afirmativas para povos indígenas**: sob o olhar dos protagonistas. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2018.

LUCIANO, Gersem Baniwa. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

_____, Gersem José dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

_____, G.; AMARAL, W. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. In: **Integración y Conocimiento**: Córdoba, v. 2, n. 10, p. 13-37, 2021.

NUÑEZ, Yamila Irupé. **Interculturalidad, educación superior y mercado laboral. Un recorrido por las trayectorias de los estudiantes universitarios y egresados guaraníes de la Provincia de Misiones (Argentina) y del Estado de Paraná (Brasil)**. Tese (Doutorado) – Doutorado em Antropologia Social. Universidad Nacional de Misiones, Posadas-Misiones, 2019.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PEREIRA, Gilza F. S. F. **Mulheres Avá-Guarani no Oeste do Paraná: a educação superior indígena enquanto espaço de resistência**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021

TOMMASINO, Kimiye. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Londrina, 2003. Datilografado.